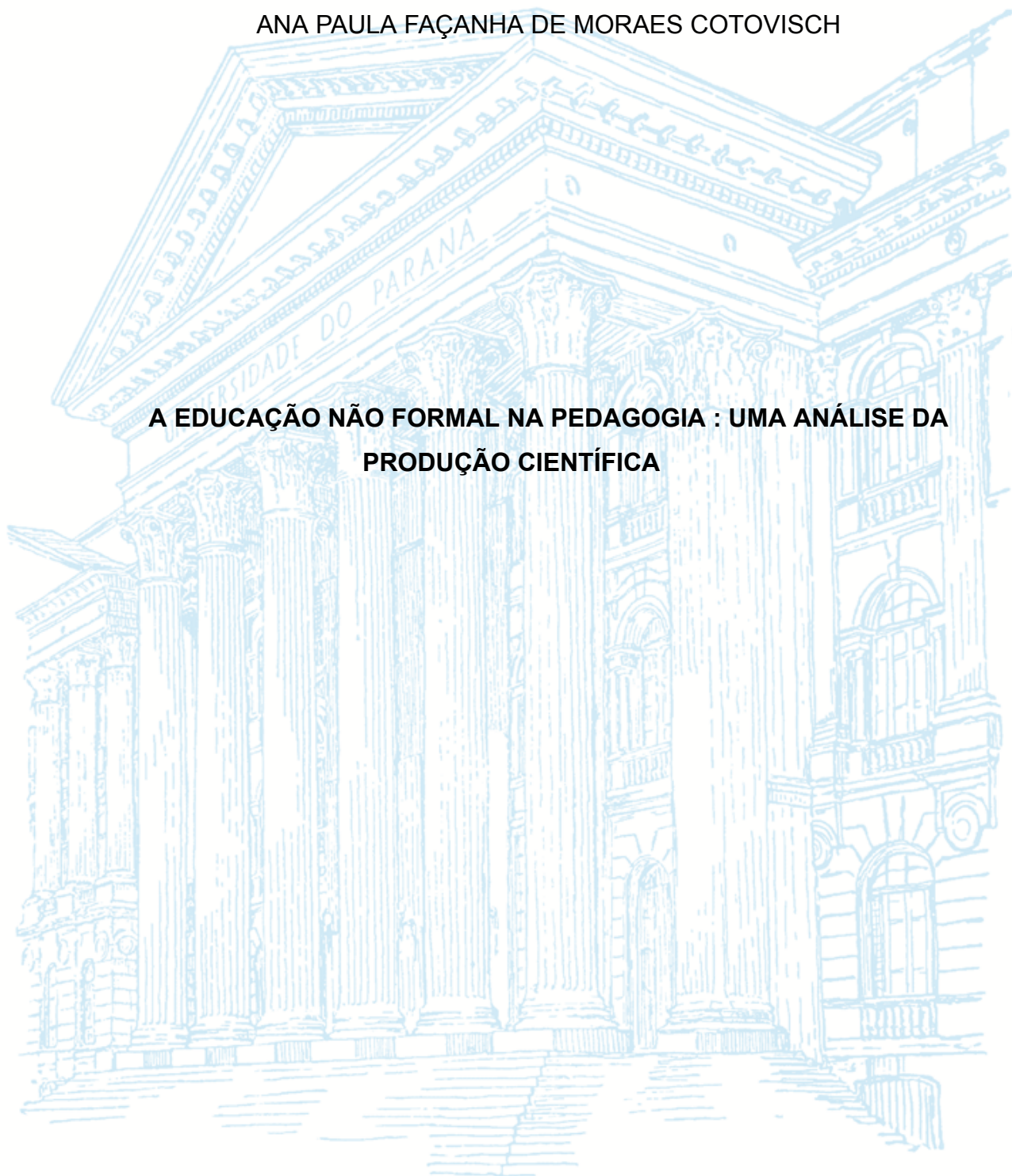


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA PAULA FAÇANHA DE MORAES COTOVISCH

**A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NA PEDAGOGIA : UMA ANÁLISE DA
PRODUÇÃO CIENTÍFICA**



CURITIBA

2023

ANA PAULA FAÇANHA DE MORAES COTOVISCH

**A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NA PEDAGOGIA : UMA ANÁLISE DA
PRODUÇÃO CIENTÍFICA**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao curso de pedagogia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), como requisito parcial à obtenção do título de Pedagoga.

Orientadora: Profa. Dra.Cassia Domiciano

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha gratidão a mim mesma por nunca ter desistido da minha jornada de estudo, mesmo diante dos inúmeros obstáculos que enfrentei desde a minha infância.

Quero agradecer meu marido, pela total dedicação e apoio ao longo desse percurso desafiador. Também desejo agradecer aos meus filhos, que compreenderam minha ausência para que eu pudesse estudar.

Gostaria de agradecer a todas as professoras e professores que fizeram parte desta jornada.

Minha gratidão se estende igualmente à minha orientadora, cuja orientação foi crucial para me guiar por um caminho que, por vezes, parecia intransponível.

Não posso deixar de mencionar meus colegas de curso, com os quais compartilhei experiências e vivências, fortalecendo nosso companheirismo e permitindo-me crescer como ser humano.

Com imensa alegria, encerro este ciclo, ciente de que, ao longo deste processo, alcancei um crescimento pessoal significativo e adquiri novos conhecimentos e habilidades que certamente serão valiosos em minha futura carreira.

“Ensinar não é transferir
conhecimento, mas criar as possibilidades para a
sua própria produção ou a sua construção.”

Paulo Freire

RESUMO

A pesquisa tem como tema central a produção sobre educação NÃO FORMAL no campo da pedagogia, delimitou-se, portanto, como objetivo geral, investigar e analisar o que as pesquisas acadêmicas apresentavam sobre a educação NÃO FORMAL que se relacionasse com o campo de estudos da pedagogia. Como procedimento metodológico, adotou-se a revisão bibliográfica para investigar e analisar o estado do conhecimento da referida temática. Procurou-se mostrar, por meio da literatura já publicada, o que já se sabe sobre o tema/assunto a partir das concepções teóricas e metodológicas. O período de busca do material bibliográfico abrangeu o intervalo de 2013 a 2023, a fim de abarcar o maior número possível de trabalhos sobre o objeto de estudo. Utilizaram-se as bases de pesquisa Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Paraná (SIBI-PR) e Google Acadêmico. Após leitura do título, resumo e palavras-chave foram selecionados sete artigos para o estudo mais aprofundado. Como resultado da análise, destaca-se, de modo geral, a falta de atenção à educação NÃO FORMAL na área da pedagogia, apontando para a escassez de pesquisa científica sobre o assunto. Entende-se que é um chamado à necessidade de explorar mais profundamente a educação NÃO FORMAL na pedagogia.

Palavras-chave: Educação NÃO FORMAL; Pedagogia; Educação não escolar

ABSTRACT

The central theme of the research is the production of non-formal education in the field of pedagogy. Therefore, the general objective was to investigate and analyze what academic research had to say about non-formal education related to the field of pedagogy. As a methodological procedure, a bibliographic review was adopted to investigate and analyze the state of knowledge on this subject. The aim was to show, through the literature already published, what is already known about the topic/subject based on theoretical and methodological concepts. The search period for bibliographical material covered the period from 2013 to 2023, in order to include as many works as possible on the subject under study. The search databases used were Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Paraná (SIBI-PR) and Google Scholar. After reading the title, abstract and keywords, seven articles were selected for further study. As a result of the analysis, the lack of attention to non-formal education in the field of pedagogy in general stands out, pointing to the scarcity of scientific research on the subject. It is understood that this is a call for more in-depth exploration of non-formal education in pedagogy.

Keywords: Non-formal Education; Pedagogy; Non-school Education

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – RESULTADOS DAS BUSCAS BIBLIOGRÁFICAS	20
QUADRO 2 – RESULTADOS APÓS APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS	22

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

CNE	Conselho Nacional de Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
UFPR	Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	METODOLOGIA	20
3	CONCEITO EDUCAÇÃO NÃO FORMAL	24
4	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: QUAIS AS PREOCUPAÇÕES INVESTIGATIVAS DA PEDAGOGIA EM RELAÇÃO A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL	30
4.1.	FORMAÇÃO DE PROFESSORES/PEDAGOGOS EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS	35
4.2.	ATUAÇÃO DO PEDAGOGO EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS	38
4.3.	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ÁREA DA PEDAGOGIA, EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS	40
5	CONCLUSÃO	46
	REFERÊNCIAS	49

1. INTRODUÇÃO

A escola é a instituição educacional pela qual as pessoas passam em algum momento da vida, é o lugar onde se busca promover discussões e, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, “tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Entretanto, não é o único espaço que possibilita o processo de formação do indivíduo, existem outros em que a educação acontece, pois ela é um processo constante, sendo resultados dos espaços formais e dos não formais.

A própria LDB 9394/1996 considera em seu primeiro artigo

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

A esse respeito, Maria da Glória Gohn (2011, p. 10) considera que o texto legal reconhece a “existência de contextos educativos fora do âmbito escolar” e reforça tal condição ao exigir sua vinculação ao mundo do trabalho e à prática social.

A educação que ocorre fora do espaço institucional, não normatizada, pode ser chamada de educação informal e educação NÃO FORMAL. Maria da Glória Gohn (2006), explica de maneira resumida a educação formal, NÃO FORMAL e informal:

A educação formal pressupõe ambientes normalizados com regras e padrões comportamentais definidos previamente. A NÃO FORMAL ocorre em ambientes e situações interativos construídos coletivamente, segundo diretrizes de dados grupos, usualmente a participação dos indivíduos é optativa, mas ela também poderá ocorrer por forças de certas circunstâncias da vivência histórica de cada um. Há na educação NÃO FORMAL uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes. A informal opera em ambientes espontâneos, onde as relações sociais se desenvolvem segundo gostos, preferências, ou pertencimentos herdados. (GOHN, 2006, p. 29)

Entendemos que a EDUCAÇÃO NÃO FORMAL é o espaço em que se apresenta o conhecimento científico sistematizado, sendo a escola este lugar institucionalizado, regulado, já o NÃO FORMAL não tem por objetivo prévio ensinar

o saber sistematizado no campo da ciência, são espaços coletivos com intencionalidades diversas, já o informal se efetiva no convívio com os familiares, amigos, clubes, igreja em que ocorrem trocas de experiências e saberes particulares.

Para José Carlos Libâneo (2004, p.89), “a educação não-formal, por sua vez, são aquelas atividades com caráter de intencionalidade, porém com baixo grau de estruturação e sistematização, implicando certamente relações pedagógicas, mas NÃO FORMALizadas.”

A esse respeito, Romans (2003) tem uma visão mais ampla de educação. O autor, ao se utilizar de Ghanem, afirma:

[...] a escola deixou de ser o único lugar de preparação para a vida ativa, porque a própria vida está se transformando em uma escola de aprendizagem. Dessa realidade não podemos deduzir uma absorção da segunda pela primeira, mas uma coexistência, porque ambas se necessitam. (apud GHANEM, 2008, p.81).

Diante disso, o autor reconhece que a aprendizagem também acontece fora da escola. Por isso, a educação que se realiza no interior da instituição escolar e aquela que se realiza fora dela relacionam-se entre si.

Gohn (2020), em acordo com essa perspectiva, discorre

[...] a educação NÃO FORMAL não substitui a escola, não é mero coadjuvante para ocupar os alunos fora do período escolar. A educação NÃO FORMAL tem seu próprio espaço formar cidadão, em qualquer idade, classe socioeconômica, etnia, sexo, nacionalidade, religião etc., para o mundo da vida adulta. Ela tem condições de unir cultura e política (aqui entendidas como *modus vivendis*, conjunto de valores e formas de representações), dando elementos para uma nova cultura política. (GOHN, 2020 p.13)

Os autores destacam a importância da educação NÃO FORMAL como um complemento significativo à educação formal oferecida na escola. Eles afirmam que a educação NÃO FORMAL não deve ser considerada apenas como uma atividade extracurricular para manter os alunos ocupados fora do horário escolar, mas sim como um espaço próprio para formar cidadãos em diferentes aspectos, sugerindo até elementos necessários para desenvolver uma nova cultura política, preparando os indivíduos para o mundo.

A educação NÃO FORMAL engloba aspectos como educação política, capacitação profissional, engajamento comunitário, compreensão e influência da mídia, Garcia (2005) expressa essa abrangência no excerto que segue.

(...) a educação NÃO FORMAL é uma área bastante diversa, e esse aspecto é muito interessante, pois permite, além de contribuições de várias áreas, a composição de diferentes bagagens culturais, tendo a diversidade como uma de suas características (GARCIA 2005, p. 35)

Os espaços não formais, podem proporcionar recursos pedagógicos complementares para agregar o conhecimento, seja através da arte, ou de espaços culturais como museus, bibliotecas, cinemas, grupos de teatro, escoteiros e coletivos. Essas diferentes formas de vivências podem favorecer a construção de um indivíduo mais crítico e preparado para o mundo, agrega mais conhecimento e pode favorecer o desempenho escolar ou acadêmico.

A discussão e a busca pela compreensão mais aprofundada deste tema sobre educação NÃO FORMAL, organizada neste trabalho de final de curso, se assenta na trajetória desta autora, mais especificamente, na disciplina obrigatória de EDUCAÇÃO NÃO FORMAL, soma-se a isso, a experiência da maternidade, que despertou profundo interesse nessa área. Como mãe, pude vivenciar a educação NÃO FORMAL na vida dos meus filhos, no grupo de escoteiros, observar sua relevância e os impactos positivos para vida escolar deles, potencializando os conhecimentos e a formação como cidadãos.

Essa vivência narrada, torna-se, portanto, o motor desta pesquisa, desse modo, traçamos como objetivo buscar as produções acadêmico-científicas realizadas na área da pedagogia que tratassem sobre EDUCAÇÃO NÃO FORMAL, na busca por responder o seguinte questionamento: Quais preocupações investigativas tem feito parte das produções acadêmicas-científicas na área da pedagogia?

O período de busca correspondeu ao intervalo de 2013 a 2023, visando identificar as produções acadêmicas dos últimos dez anos para estabelecer um marco temporal mais abrangente.

O objetivo geral deste Trabalho de Conclusão de Curso ficou assim delimitado “Identificar o que as publicações científicas na área da pedagogia têm produzido

sobre educação NÃO FORMAL”. Do objetivo geral, desdobram-se os seguintes objetivos específicos:

- levantar teses, dissertações e artigos sobre educação NÃO FORMAL que tenham tido a pedagogia como parte do tema;
- apresentar e analisar as publicações localizadas;
- demonstrar o que se tem produzido no campo da EDUCAÇÃO NÃO FORMAL na área da pedagogia.

Este trabalho está organizado em três capítulos, além desta introdução e da conclusão. No primeiro capítulo discorremos sobre os procedimentos metodológicos para realização da pesquisa; no segundo, a partir de autores como Maria da Glória Gohn, José Carlos Libâneo e Valéria Aroeira Garcia definimos o conceito de educação NÃO FORMAL; no terceiro, apresentamos e analisamos os dados que localizamos sobre a produção acadêmico-científica na área da pedagogia sobre educação não-formal, por fim, construímos a conclusão, buscando destacar os principais temas e as percepções acerca da investigação realizada.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar o objetivo deste trabalho, qual seja, identificar o que as publicações científicas na área da pedagogia têm produzido sobre educação NÃO FORMAL, adotamos a revisão bibliográfica, procedimento utilizado para investigar e analisar o estado do conhecimento sobre um determinado tema ou área de estudo. Conforme Santos e Marosini (2021, p. 125) “[...] o Estado do conhecimento possibilita conhecer o que está sendo pesquisado e as abordagens utilizadas por cada área ou temática.”

Neste trabalho optamos por uma pesquisa bibliográfica para construir o estado do conhecimento. De acordo com Luna, esse tipo de pesquisa tem o objetivo de:

(...) descrever o estado atual de uma dada área de pesquisa: o que já se sabe, quais as principais lacunas, onde se encontram os principais entraves teóricos e/ou metodológicos. Entre muitas razões que tornam importantes estudos com esse objetivo, deve-se lembrar que eles constituem uma excelente fonte de atualização para pesquisadores fora da área na qual se realiza o estudo, na medida em que condensam os pontos importantes do problema em questão. (LUNA, 1996, pg. 20).

Conforme os autores mencionados, procuramos mostrar por meio da literatura já publicada o que já se sabe sobre o tema/assuntos e quais as questões existentes e onde se encontram as principais dificuldades teóricas ou metodológicas. No caso desta investigação, buscamos levantar e apresentar como o tema da educação NÃO FORMAL tem sido tratado na área da pedagogia.

Santos e Marosini (2021, p. 125) definem que “ [...] o Estado do conhecimento nos ajuda exatamente, no que a palavra diz, a conhecer o estado corrente de determinado tema, auxiliando na escolha ou delimitação de objetivos e temáticas de estudo emergentes sobre uma área ou campo específico.

A pesquisa bibliográfica, segundo Silva (2001), contribui de forma a

obter informações sobre a situação atual do tema ou problema pesquisado; conhecer publicações existentes sobre o tema e os aspectos que já foram abordados; verificar opiniões similares e diferentes a respeito do tema ou de aspectos relacionados ao tema ou problema de pesquisa. (SILVA, 2001, p. 38).

O processo de revisão de bibliografia geralmente começa com a formulação de uma pergunta de pesquisa ou um objetivo claro. Em seguida, são realizadas buscas em bases de dados acadêmicas, bibliotecas, periódicos e outras fontes confiáveis, utilizando palavras-chave relacionadas ao tema em questão.

Esta pesquisa foi realizada nos meses de maio e junho de 2023, e foram delimitadas à literatura produzida no Brasil no período de janeiro de 2013 a junho de 2023. Publicados nas bases de dados do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Paraná (SIBI-UFPR, <https://bibliotecas.ufpr.br/>) e do Google Acadêmico (<https://scholar.google.pt/>).

Estas bases de dados foram acessadas a partir dos seguintes descritores: educação *and* NÃO FORMAL; educação *and* em espaços não escolares; educação não escolar; pedagogia *and* espaço NÃO FORMAL. A busca considerou primeiramente os títulos e as palavras chaves dos estudos que contivessem os termos sozinhos ou combinados resultando em quarenta e quatro trabalhos descritos no quadro 1, nos quais as temáticas eram as mais diversas inseridas no campo da educação NÃO FORMAL. Após a análise dos títulos dos artigos, foi realizada a leitura dos resumos dos trabalhos com o objetivo à área de interesse da pedagogia. A partir da leitura dos resumos, excluídos trabalhos que não correspondiam à área de interesse, que se considerou mais geral, isto é, sem foco específico na área de pedagogia, selecionamos sete artigos.

Quadro 1 - RESULTADOS DAS BUSCAS BIBLIOGRÁFICAS

	GOOGLE ACADÊMICO	SIBE	TOTAL DE RESULTADOS
Resultados	14	30	44
Resultados após aplicação de critérios de pertinência ao objeto de pesquisa	6	1	7

Fonte: A autora com base no Google Acadêmico e SIBE.

O corpus final foi composto pelas referências do quadro a seguir:

Quadro 2 - RESULTADOS APÓS APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS

Título	Descritores	Tipo de Texto	Autores	Ano
Educação NÃO FORMAL, Aprendizagens e saberes em processos Participativos	educação NÃO FORMAL	Artigo	DA GLÓRIA GOHN, Maria	2017
Educação NÃO FORMAL: Qual a sua importância?	educação NÃO FORMAL	Artigo	QUADRA, Gabrielle Rabello, D' Ávila, Sthefane	2016
Educação não escolar como campo de práticas pedagógicas.	educação não escolar; educação NÃO FORMAL	Artigo	SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima	2015
A FORMAÇÃO DE EDUCADORES NA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL PÚBLICA	educação NÃO FORMAL	Artigo	Nadia Fuhrmann Fernanda dos Santos	2014
PERSPECTIVAS CURRICULARES SOBRE A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO PARA A EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR	Curso de Pedagogia; Atividades educativa não escolares	Artigo	José Leonardo Rolim de Lima Severo	2018
Alfabetização científica, criança e espaços de educação NÃO FORMAL: diálogos possíveis	Educação NÃO FORMAL	Artigo	Amanda Cristina Teagno Lopes Marques Martha Marandino	2018
O papel do pedagogo em espaços não-formais [recurso eletrônico] um estudo sobre o	Pedagogia Social; Pedagogo em espaços não – formais; grupo de	Artigo	Nunes, Jussara Aparecida	2015

grupo de mulheres da Secretaria da Assistência Social de Iratí/PR				
--	--	--	--	--

Fonte: A autora com base no Google Acadêmico e SIBI.

A organização dos resultados se deu através de uma planilha no excel . Os textos foram distribuídos em cinco colunas distintas, que incluem título do trabalho, descritores, tipo de texto, autores e ano.

Após a etapa da seleção definitiva, procedemos à análise dos resumos individuais de cada texto, a fim de determinar sua concordância com os parâmetros estabelecidos em nosso objeto de pesquisa. Posteriormente a essa avaliação inicial, procedemos com a leitura integral de cada texto selecionado. A apresentação e a análise compõem o capítulo 3.

3. EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: COMPREENDENDO O CONCEITO

Antes de apresentar o conceito de educação NÃO FORMAL, é imperativo que retomemos a compreensão da EDUCAÇÃO FORMAL E INFORMAL.

Libâneo define educação formal:

Formal refere-se a tudo o que implica uma forma, isto é, algo inteligível, estruturado, o modo como algo se configura. Educação Formal seria, pois, aquela estruturada, organizada, planejada intencionalmente, sistemática. Nesse sentido, a educação escolar convencional é tipicamente formal (LIBÂNEO, 2004, p.88).

Em complemento, Gohn (2006) destaca que a educação formal é metodicamente organizada. Ela segue um currículo, é dividida em disciplinas, segue regras, leis, divide-se por idade e nível de conhecimento.

Os autores afirmam que a educação formal é caracterizada pela estruturação e organização intencional do processo educativo. Fornecendo conhecimento através de diretrizes estabelecidas por lei.

Sendo assim, formal é aquela que acontece no espaço escolar institucionalizado, onde há um currículo a seguir, normas a cumprir e onde o principal objetivo é a aprendizagem.

Gohn, faz uma distinção entre as três modalidades, demarcando seus campos de atuação:

A educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos, etc., carregada de valores e cultura própria, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação NÃO FORMAL é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas. (GOHN, 2006, p.28).

Conforme Delorenzi (2019) cita em seu artigo “Formação discente: Educação formal, NÃO FORMAL e informal”, segundo o MEC:

[...] a educação formal é aquela que ocorre nos sistemas de ensino tradicionais, a NÃO FORMAL corresponde às iniciativas organizadas de aprendizagem que acontecem fora dos sistemas de ensino, enquanto a informal e a incidental são aquelas que ocorrem ao longo da vida [...].

Desta forma, a educação formal é tipicamente conduzida dentro de instituições específicas, seguindo um currículo estabelecido. Gohn, (2006, p. 26), destaca que a educação formal acontece em “[...] território das escolas, são instituições regulamentadas por lei, certificadoras organizadas segundo diretrizes nacionais”.

A educação NÃO FORMAL, por outro lado, se baseia na interação e compartilhamento de experiências entre indivíduos e geralmente ocorre em espaços coletivos. Conforme Gohn, (2006, p. 26) “[...] os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, locais onde há processos interativos intencionais”.

Enquanto a educação informal pode acontecer em diversos contextos, incorporando valores e culturas específicas, de cada ambiente como Gohn destaca (2006, p. 29) “A casa onde se mora, a rua, o bairro, o condomínio, o clube que se frequenta, igreja, ou o local de culto a que se vincula sua crença religiosa, o local onde nasceu e etc.”.

Para Aranha (2006), o conceito de “educação NÃO FORMAL” surgiu na década de 1960 para descrever as áreas de educação que ocorrem fora do contexto escolar. Esse reconhecimento foi influenciado pelo ambiente social e político da época.

Segundo Gonh (2014, p. 44) “os movimentos sociais foram pioneiros na utilização dos processos de educação NÃO FORMAL [...]”.

Em complemento, Severo contextualiza que:

[...] iniciou-se o processo de consolidação de práticas educativas não escolares institucionalizadas, bem como a expansão e visibilidade de outras práticas que não se inscrevem diretamente em programas instrucionais estruturados por instituições e se desenvolvem informalmente em cenários diversos da sociedade, assumindo um caráter identitário mais vinculado às iniciativas populares de movimentos sociais, comunidades religiosas, organizações não governamentais, políticas e culturais. (SEVERO, 2015, p.37).

Paulo Freire foi o precursor no que diz respeito a educação NÃO FORMAL, afirmando que:

Se estivesse claro para nós que foi aprendendo que aprendemos ser possível ensinar, teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais nas ruas, nas praças no trabalho, nas salas de aula das escolas, nos pátios dos recreios, em que variados gestos de alunos, de pessoal administrativo, de pessoal docente se cruzam cheios de significação . (FREIRE, 1997, p.50).

O educador estava ciente de que a escola desempenha um papel fundamental na transformação dos paradigmas na sociedade, mas também reconhecia que o compartilhamento de conhecimento não se limitava apenas a esse ambiente.

Concordando com Freire, essas práticas educativas começaram a se consolidar como ação da educação NÃO FORMAL, mesmo que inicialmente não fossem reconhecidas como educação devido à sua não conformidade com as normas formais da escola. No entanto, essas práticas estabeleciam uma conexão sólida entre ensino e aprendizado. Os locais de educação estão enraizados nas trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, ou seja, fora das estruturas escolares tradicionais, em espaços informais onde ocorrem interações intencionais, seguindo as orientações estabelecidas pelo grupo.

Os processos de ensino e aprendizagem que acontecem fora do ambiente escolar são designados pelo termo de educação NÃO FORMAL. O conceito que Gohn (2020, p. 12) considera para educação NÃO FORMAL diz respeito a “[...] um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania”.

Gohn (2006) ressalta a importância da educação NÃO FORMAL, pois está “voltada para o ser humano como um todo”. Entretanto, afirma que não substitui a educação formal, mas poderá complementá-la por meio de programações específicas e fazendo uma articulação com a comunidade educativa.

A autora ressalta ainda a importância da educação NÃO FORMAL em iniciativas sociais afirmando que :

[...] A educação NÃO FORMAL é fundamental na atualidade em vários campos e setores. Por exemplo, na questão dos afrodescendentes, ela está presente em projetos como Prouni, de inclusão social de pessoas de origem afro ou indígenas. Também na economia, a exemplo da economia solidária e a questão dos projetos educativos nas iniciativas de produção e sustentabilidade da comunidade[...]. (GOHN, 2014, p. 44-45)

Em complemento Gohn (2006), destaca a educação NÃO FORMAL em quatro dimensões:

O primeiro envolve a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos [...] o segundo, a capacitação dos indivíduos para o trabalho [...] o terceiro, a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, solução de problemas coletivos [...] o quarto, é a aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal, escolar, em formas e espaços diferenciados. (GOHN, 2011, p. 106-107)

Gohn (2006), ao discorrer sobre a construção do conhecimento na educação NÃO FORMAL, dá ênfase nas relações pessoais e o valoriza de maneira distinta, enfatiza a participação ativa, comparando com o ambiente formal da escola, que também se efetiva, porém de forma mais sistematizada e ligada a um currículo estruturado e regulamentado em âmbito nacional. Na educação NÃO FORMAL, a prática e a experiência são consideradas como formas de adquirir conhecimento.

A autora citada, estabelece que as características da prática educativa em contextos de educação NÃO FORMAL podem ser descritas da seguinte forma: é um ambiente onde a aprendizagem se dá por meio da partilha de vivências, especialmente em situações coletivas do dia a dia, permeadas pelos valores e tradições próprias. O principal facilitador do processo de aprendizado é o outro, ou seja, aquele com quem interagimos.

A educação NÃO FORMAL estabelece um processo de ensino aprendizagem sem seguir requisitos formais, definidos em lei, não possui um conteúdo prévio sistematizado, como o que se tem na escola, podendo servir de complemento para educação formal.

Garcia (2005) afirma que a educação NÃO FORMAL engloba aspectos como educação política, capacitação profissional, engajamento comunitário, compreensão e influência da mídia, a autora estende ainda mais essa abrangência quando complementa:

A educação NÃO FORMAL não é estática, é uma atividade aberta que ainda está em construção, portanto não tem uma identidade pronta e acabada. É uma área bastante diversa, e esse aspecto é muito interessante, pois permite, além de contribuições de várias áreas, a composição de diferentes bagagens culturais, tendo a diversidade como uma de suas características (GARCIA 2005, p. 35)

Dada essa pluralidade e ausência de regras mais sistemáticas, os espaços não formais podem proporcionar recursos pedagógicos complementares para agregar o conhecimento para além de aqueles ofertados pela escola formal. Seja através da arte, ou de espaços culturais como museus, bibliotecas, cinemas, grupos de teatro, de escoteiros, de coletivos, como por exemplo, coletivo de mulheres ou outros grupos específicos. Essas diferentes formas de vivências nos espaços não formais, podem favorecer a construção de um indivíduo mais crítico e preparado para o mundo, oportunizando novos e aprofundados conhecimentos, favorecendo e estimulando o seu desempenho escolar/acadêmico.

A educação NÃO FORMAL abrange vários campos, tendo como um de seus objetivos, contribuir para a formação de indivíduos mais conscientes para o mundo. Para Gohn:

A educação NÃO FORMAL designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem é exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltados para a solução de problemas etc. coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor, a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica e etc. (GOHN, 2006, p. 2)

Igualmente, Libâneo reforça que:

O campo educativo é bastante vasto, uma vez que a educação ocorre em muitos lugares e sob variadas modalidades: na família, no trabalho, na rua, na fábrica, nos meios de comunicação, na política, na escola. Ou seja, ela não se refere apenas às práticas escolares, mas a um imenso conjunto de outras práticas educativas. (LIBÂNEO, 2002, p.63)

Em resumo, os autores mencionados têm acordo de que a educação NÃO FORMAL é um processo amplo que abrange diversas formas de aprendizado e desenvolvimento, focado em habilidades práticas, participação cívica, solução de problemas comunitários, compreensão crítica do mundo e a utilização educativa da

mídia, entendemos que educação e aprendizagem acontecem o tempo todo, em diferentes espaços e de várias formas, se conectam e se complementam.

4. A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: QUAIS AS PREOCUPAÇÕES INVESTIGATIVAS DA PEDAGOGIA EM RELAÇÃO A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Antes de apresentar e analisar o estado da arte, consideramos fundamental apresentar um sucinto contexto histórico da pedagogia no Brasil.

Conforme Sokolowski (2013), na década de 1930, o Brasil experimentou significativas mudanças em sua esfera política, econômica e social devido à influência da crise econômica global. O mercado de trabalho se tornou mais competitivo, aumentando a necessidade de níveis educacionais mais elevados como pré-requisito para empregos. Isso motivou a população trabalhadora a se unir em busca de melhores oportunidades educacionais:

O governo começou a tomar iniciativas para responder a essas reivindicações. Paralelamente, um grupo de intelectuais educadores sob a inspiração de novos ideais de educação lançou um movimento de renovação educacional e em 1932 publicou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Dentre outros assuntos, o Manifesto incorporou as reivindicações populares por mais escolas e defendeu a universalização do ensino (SOKOLOWSKI, 2013, p. 83).

O texto da autora indica uma convergência de interesses entre educadores e a população em relação à reforma educacional, apontando para mudanças na educação com foco na democratização e universalização do ensino.

Nesse sentido, a demanda pela formação de professores acaba caminhando de forma concomitante a esse movimento escolanovista. A esse respeito, Saviani (2008) ressalta que o avanço do campo acadêmico da pedagogia no Brasil é expressivo, especialmente no que diz respeito à introdução dos cursos de pedagogia nas Faculdades de Filosofia, seguindo a aprovação do Estatuto das universidades de 1931, que foi concebido sob a liderança do então Ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos.

O autor enfatiza a importância e as exigências no que diz respeito à profissionalização afirmando que:

De fato, a organização do campo educacional implicava a profissionalização da atividade dos educadores, de modo geral, e dos professores, em particular. E a profissionalização, por sua vez, implicava uma formação específica, o que se iniciou no século XIX com as tentativas intermitentes de criação de Escolas Normais para a formação de professores primários as quais vieram a adquirir alguma estabilidade no século XX. Colocava-se, porém, a questão da formação dos professores das Escolas Normais e do ensino secundário em seu conjunto, o que acabou por provocar a exigência de se abrir espaço para os estudos pedagógicos em nível superior. (SAVIANI, 2008, p. 32)

Diante dessas demandas Sokolowski (2013) afirma que fez-se necessário a criação das Universidades de São Paulo e a Universidade do Distrito Federal em 1935.

Em 1939, o Decreto Lei nº 1.190 estabeleceu as bases para a organização das licenciaturas e do curso de pedagogia em todo país. Esse mesmo Decreto estabeleceu as bases para a estruturação da Faculdade Nacional de Filosofia, cujo objetivo era a formação de indivíduos aptos a atuar como professores no ensino secundário e normal, bem como a capacitação de intelectuais para desempenhar funções técnicas especializadas.

Gonçalves e Vieira destaca a primeira Instituição no Estado do Paraná a formar professores em nível superior:

[...] representada pela contribuição da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras na formação de professores no Paraná, visto que é a primeira instituição a formar professor em nível superior. Antes da FFCL o Estado e a iniciativa privada dispunham apenas dos normalistas formados em nível secundário e dos leigos habilitados para o magistério pelos exames de suficiência. (GONÇALVES E VIEIRA, 2016, p. 5)

Durante o período do regime militar, a formação de professores aderiu ao modelo influenciado pelos acordos entre o Ministério da Educação e a Agência dos Estados Unidos (EUA) para o Desenvolvimento Internacional, com o objetivo de alinhar o país com as demandas do sistema capitalista global. (SOKOLOWSKI, 2013)

Diante deste cenário, em 1968 foi aprovada a lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, conhecida como a Lei da Reforma Universitária que inclui o curso de pedagogia, reconhecendo algumas competências na graduação de pedagogia como '[...] o preparo de especialistas destinados ao trabalho de

planejamento, supervisão, administração, inspeção e orientação no âmbito de escola e sistemas escolares, far-se-á em nível superior.”(art 30º)

A Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE)/Conselho Pleno (CP) nº 1, de 2006 “Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura”. Esta resolução, definiu que o pedagogo é aquele profissional apto a atuar na educação básica e nos processos educativos escolares e não-escolares. Conforme seu art. 5º

Art. 5º O egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a: [...] IV- trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidade do processo educativo; [...] XIII- participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não escolares; [...] (MEC , 2006, p. 6)

Isso significa que, na situação atual da educação no Brasil, os pedagogos precisam possuir conhecimento que os habilitem a desempenhar com eficácia funções de ensino nas primeiras etapas da educação básica, além de assumir responsabilidades na coordenação, orientação, administração e envolvimento em diversas atividades dentro e fora do ambiente escolar, como hospitais, empresas, museus e outros.

A aprovação desta Resolução ampliou ainda, a carga horária do curso de 2.800 horas para 3.200 horas, das quais 300 horas estão alocadas para a realização do estágio, enquanto as horas restantes foram direcionadas aos conteúdos didáticos e aos estudos pedagógicos, conforme estipulado no artigo 7º. Nesse contexto, houve a necessidade de uma revisão nos currículos acadêmicos, com o intuito de abolir a formação de pedagogos por especialização e, simultaneamente, preparar os futuros pedagogos para novas demandas como:

Art. 7º [...] IV- [...] exercício profissional, em ambientes escolares e não escolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências: a- na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental prioritariamente; b- nas disciplinas pedagógicas dos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal; c- na Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar; d- na Educação de Jovens e Adultos e- na participação em atividades da gestão de processos educativos, no planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos; f- em reuniões de formação pedagógica. (MEC , 2006, p. 6)

A formação inicial do curso de Pedagogia, volta-se para atuação na educação infantil, nos primeiros anos do ensino fundamental, no ensino médio, em cursos de educação profissional relacionados aos serviços escolares e em qualquer campo que demande conhecimentos pedagógicos (art. 2º). Isso implica que a atuação não se restringe exclusivamente ao ambiente escolar, podendo abranger também responsabilidades em áreas de administração e supervisão escolar, além de se entender a contextos como hospitais, empresas e organizações da sociedade civil, entre outras instituições.

Em 2015, têm-se a promulgação da Resolução CNE/CP nº 2, “define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada”. O (art. 13, §1º) elevou o requisito mínimo de carga horária para os cursos de licenciatura, determinando que a carga horária mínima deveria ser pelo menos 3.200 horas, com a inclusão da obrigatoriedade de dedicar 400 horas ao estágio supervisionado.

Os propósitos e objetivos orientam a evolução contínua do currículo, incorporando novos pensamentos e conhecimentos.

Libâneo (2002, p. 60) salienta que a “pedagogia é, antes de tudo, um campo científico [...]”. Essa afirmação é uma perspectiva que enfatiza a natureza científica e acadêmica da pedagogia, que estuda os processos de ensino e aprendizagem.

O autor complementa que:

A pedagogia é a teoria e a prática da educação. Mediante conhecimentos científicos, filosóficos e técnico-profissionais, investiga a realidade educacional sempre em transformação, para explicar objetivos e processos de intervenção metodológica e organizativa referentes à transmissão-assimilação de saberes e modos de ação. Ela busca o entendimento, global e intencionalmente dirigido, dos problemas educativos e, para isso, recorre aos aportes teóricos providos pelas demais ciências da educação. (LIBÂNEO, 2002, pág. 68).

Então, a pedagogia não se limita apenas à teoria, mas também envolve aplicação e prática dos princípios educacionais, sendo interdisciplinar e se baseando em uma variedade de conhecimento científico ligado à educação e outras áreas. A pedagogia busca entender e se adaptar a mudanças, considerando a evolução da

sociedade buscando uma compreensão abrangente dos desafios e problemas enfrentados no campo educacional.

Libâneo afirma que o pedagogo deve estar preparado para atuar em diferentes contextos:

O curso de Pedagogia deve formar o pedagogo *stricto sensu*, isto é, um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos para atender demandas sócio-educativas de tipo formal, NÃO FORMAL e informal, decorrentes de novas realidades, novas tecnologias, novos atores sociais (...). (LIBÂNEO, 2004, pág. 38).

Libâneo (2002, p. 63), faz uma crítica afirmando que “Conceber o curso de pedagogia apenas à formação de professores é, a meu ver, uma ideia muito simplista e reducionista”. O autor critica o entendimento simplista de que o curso de pedagogia serve exclusivamente para formar profissionais que serão professores/as, argumentando que a pedagogia tem um escopo mais amplo. Enfatiza a importância de reconhecer a diversidade de aplicações da pedagogia e suas contribuições para a melhoria do sistema educacional como um todo.

Com isso, o pedagogo pode assumir o seu papel que é trabalhar com a educação, seja ela formal ou NÃO FORMAL, porém ambas têm o mesmo objetivo, a busca pela formação humana em diferentes contextos que o indivíduo esteja inserido, buscando uma integralidade na formação humana.

Para Severo (2015) em seu artigo “Educação não escolar como campo de prática pedagógicas”, ele afirma que:

A pedagogia, como ciência da educação interessada pelo fenômeno educativo em seu sentido amplo, para além da escola, é um campo de conhecimento que deve assumir, a partir de diálogos interdisciplinares, posição de protagonismo na construção de referências teórico-metodológicas que possibilitem a potencialização de efeitos formativos decorrentes de práticas em espaços de educação NÃO FORMAL, convertendo em práticas pedagógicas (SEVERO, 2015, p. 562)

Libâneo e Pimenta concordam com a afirmação de Severo quando eles destacam que:

O curso de Pedagogia destinar-se-á à formação de profissionais interessados em estudos do campo teórico-investigativo da educação e no exercício técnico-profissional como pedagogos no sistema de ensino, nas escolas e em outras instituições educacionais, inclusive as não escolares. (LIBÂNEO; PIMENTA, 2002, p. 15)

Os autores citados afirmam que a pedagogia não deve se restringir apenas ao ensino formal dentro das salas de aula, mas deve se apropriar pelo fenômeno educativo em sua totalidade, considerando a diversidade de contextos onde ocorrem processos de aprendizagem. A pedagogia como campo de conhecimento não deve ser limitada. O curso de pedagogia prepara o pedagogo para atuações diversificadas.

Diante dessa formação do pedagogo, cuja atuação extrapola o espaço formal, institucionalizado, como já abordado, nos interessou buscar o que se tinha produzido sobre educação NÃO FORMAL Que tivesse conexão/inter-relação com a pedagogia. Depois do levantamento realizado e descrito na introdução, consideramos os seguintes critérios de seleção das produções:

- se o objetivo central da investigação se relacionava a educação NÃO FORMAL ou;
- se o texto considerava a formação de professores/pedagogos em espaços não formais ou;
- se a investigação tratava da atuação do pedagogo em espaços não formais ou;
- se a pesquisa apresentava/analisa as práticas pedagógicas, na área da pedagogia, em espaços não formais.

Nossa prioridade consistiu em assegurar que todos os textos selecionados estivessem estritamente relacionados à educação NÃO FORMAL. Dividimos em três categorias conforme o nosso interesse investigativo. A primeira categoria, artigos/tese que abordavam a formação de professores/pedagogos em espaços não formais, a segunda categoria; artigos,tese e dissertações que abordam a atuação do pedagogo em espaços não formais, a terceira categoria; artigos,tese e dissertações que abordam as práticas pedagógicas na área da pedagogia em espaços não formais.

A partir desse delineamento, organizamos a apresentação das pesquisas localizadas pelas categorias/temáticas.

4.1. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS: FORMAÇÃO DE PROFESSORES/PEDAGOGOS EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS (CATEGORIA 1).

O primeiro artigo a se destacar, é o de autoria de **Nadia Fuhrmann e Fernanda dos Santos Paulo “ A formação de educadores na educação NÃO FORMAL pública”, (2014)**, O texto se baseia em dados de pesquisa conduzida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que analisou o Programa de Apoio Socioeducativo de Porto Alegre, bem como em experiências empíricas da Associação dos Educadores Populares de Porto Alegre, uma organização dedicada à formação de educadores populares/sociais que atuam em creches vinculadas à assistência social por meio de programas não formais de educação infantil.

Os resultados da pesquisa revelaram que o programa socioeducativo público adota um modelo de ensino e aprendizagem que incorpora elementos tanto da pedagogia quanto da assistência social. No entanto, identificam-se algumas deficiências, como a falta de uma abordagem sistemática e de avaliação das atividades, deficiências nos conteúdos oferecidos e desafios na formação dos profissionais envolvidos.

As autoras chamam atenção sobre a visão, ainda persistente, que coloca em oposição a educação NÃO FORMAL e a formal, afirmam que é um tópico importante a ser discutido no contexto da educação NÃO FORMAL institucionalizada no Brasil. Na concepção das autoras, há a necessidade urgente de superar tal dicotomia, reconhecer que a educação NÃO FORMAL e a educação formal podem coexistir e se complementar, atendendo a diferentes necessidades e objetivos de aprendizagem. A educação NÃO FORMAL não deve ser vista como uma alternativa, mas sim como uma extensão da educação formal, oferecendo oportunidades adicionais de aprendizado.

Outro ponto relevante que as autoras defendem é a cooperação entre instituições de educação formal e NÃO FORMAL para criar uma educação holística e abrangente. Isso pode ser alcançado por meio de parcerias, intercâmbio de

práticas pedagógicas e reconhecimento mútuo das contribuições de ambos os sistemas.

No artigo as autoras abordam a origem da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre que foi fundada em 1990 por líderes comunitários, com o objetivo de atender crianças de creches vinculadas à assistência social, oferecendo programas não formais de educação infantil.

Atualmente, conforme o texto, a Associação de Educadores Populares de Porto Alegre tem como objetivo buscar espaços de formação para educadores sociais e populares em diferentes níveis de ensino, incluindo fundamental, médio, médio técnico e superior. Seu foco é garantir a qualificação profissional de profissionais que trabalham na educação infantil, pré-escolar e em serviços de apoio socioeducativos, como oficinas, educação de jovens e adultos, educação em abrigos, educação de rua e outros campos não escolares, mas institucionalizados, como programas e serviços públicos.

A maioria dos educadores populares provém das comunidades locais e estão ligados ao movimento comunitário. A maioria possui apenas o ensino fundamental e adquire conhecimento sobre a instituição onde trabalham através das lideranças locais. Aqueles que lidam com a educação infantil são designados como educadores sociais e ocupam cargos como educadores assistentes, recreacionistas, atendentes ou monitores, mesmo que não tenham formação em licenciatura de nível superior.

As autoras levantam uma reflexão de por que a legislação educacional brasileira ainda não possui diretrizes e orientações claras para a prática NÃO FORMAL? Outro ponto central do texto é a questão da formação dos educadores sociais, as autoras destacam que a Associação tem como objetivo melhorar a qualidade dos programas e serviços. Eles buscam estabelecer cursos de graduação que valorizem a experiência social junto com o conhecimento acadêmico na formação de educadores sociais.

Outro artigo selecionado dentro da categoria “formação de professores/pedagogos em espaços não-formais” é o de **José Leonardo Rolim de Lima Severo, “Perspectivas curriculares sobre a formação do pedagogo para a educação não escolar” (2018)**

O texto aborda a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais, estabelecidas em 2006, para o curso de pedagogia no Brasil. Destaca a necessidade de avaliar o impacto dessas diretrizes na formação das pedagogas/o, especialmente para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental. O texto sugere a importância de analisar como essas diretrizes influenciaram na composição das finalidades do curso, o currículo e as práticas de formação dos pedagogos, tanto em contextos escolares quanto não escolares, e como isso se relaciona com as demandas educacionais atuais.

O autor apresenta reflexões e resultados derivados de um estudo curricular que teve como objetivo mapear a formação de pedagogos no Brasil, especificamente sobre sua preparação para atuar em contextos de educação não escolar, ou seja, em ambientes educacionais que não fazem parte do sistema formal de ensino, ou seja, em espaços como organizações da sociedade civil, museus, bibliotecas e outros ambientes semelhantes.

O estudo analisou os Projetos Pedagógicos de Cursos de Pedagogia de 20 universidades públicas brasileiras usando a técnica de análise categorial de conteúdo. O pesquisador se baseia em discussões sobre o caráter epistemológico da pedagogia e da educação NÃO FORMAL, bem como na abordagem crítica em relação aos enfoques curriculares que formam tradições nos cursos de pedagogia no Brasil.

Conforme o texto, os resultados na análise indicaram que os currículos dos cursos de pedagogia não enfatizam adequadamente os saberes especificamente relacionados à educação NÃO FORMAL. Isso implica, conforme o autor, que os futuros pedagogos não estão recebendo uma formação que os prepare de forma eficaz para atuar em contextos de educação não escolar.

Por fim o autor conclui que a formação acadêmica oferecida aos pedagogos não está alinhada com as demandas e necessidades dos ambientes de trabalho fora do ambiente tradicional escolar, e que é necessário avaliar o impacto das diretrizes na formação de pedagogos e suas implicações na educação.

4.2. - CATEGORIA 2 - ATUAÇÃO DO PEDAGOGO EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS.

Nesta temática sobre a atuação das/os Pedagogos em espaços não formais, selecionamos o artigo de **Jussara Aparecida Nunes, “O papel do pedagogo em espaços não formais: um estudo sobre o grupo de mulheres da Secretaria da Assistência Social de Irati/PR”, (2015)**. O trabalho delimita como objetivo analisar a educação NÃO FORMAL como um espaço de atuação para os pedagogos, especialmente no contexto da Secretaria Municipal de Assistência Social de Irati, Paraná. O estudo busca identificar como essa instituição aborda questões relacionadas às mulheres. Além disso, o artigo procura compreender como os pedagogos desempenham um papel relevante em grupos de mulheres, sugerindo que a atuação desses profissionais pode ser crucial para promover o desenvolvimento pessoal, a conscientização e o empoderamento das mulheres por meio de atividades educacionais não formais, o trabalho da Secretaria de Assistência Social e o papel dos pedagogos na promoção do bem-estar e do fortalecimento das mulheres em Irati, Paraná. O foco central do trabalho é definir o perfil do Pedagogo que exerce suas atividades em espaços não-formais.

Como procedimento metodológico, a autora anuncia se tratar de pesquisa bibliográfica, cuja fonte principal de pesquisa foram livros, no entanto, para uma investigação completa, a autora achou importante consultar fontes mais contemporâneas, como periódicos, teses de doutorado e mestrado.

A autora enfatiza a relevância da atuação do pedagogo em ambientes não formais, designando-o como educador social. Ela destaca a importância significativa desse profissional nos contextos sociais.

O texto sugere que, mesmo em contextos de educação NÃO FORMAL, onde a aprendizagem não sugere um formato estruturado de sala de aula, existem objetivos e metas educacionais que podem ser adaptadas de acordo com as necessidades do coletivo envolvido. A autora afirma que nesses ambientes, a intenção educativa é fundamental e orienta a definição de trajetos de ensino que buscam o que é mais interessante e relevante para a formação e transformação social.

O artigo também destaca que o pedagogo, independentemente do ambiente em que atuam, não devem ser vistos apenas como docentes, mas como

educadores, isso significa que eles desempenham um papel mais amplo na promoção da aprendizagem e no desenvolvimento das pessoas, contribuindo para a formação e transformação da sociedade como um todo.

Nunes salienta que o papel do pedagogo se expandiu para além da educação formal e agora engloba diversas áreas, como empresas, hospitais e assistência social. Ela destaca que o pedagogo atua como motivador, articulador e mediador, contribuindo no desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho e no crescimento pessoal.

O texto enfatiza que o pedagogo deve acompanhar a evolução da realidade e enfrentar desafios diários, pois são vistos como promotores da qualidade de vida na comunidade. Além disso, o texto sugere que seu papel vai além de dinâmicas de grupo, abordando suas responsabilidades em contextos não formais de educação.

A autora também trata no texto a importância da participação ativa das pessoas e da sociedade no trabalho desenvolvido pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Irati/PR. Ela enfatiza que a eficácia desse trabalho depende da colaboração de diferentes categorias profissionais que atuam em equipe e estão fundamentadas nos saberes interdisciplinares.

O texto também relata a importância do pedagogo no projeto ‘Mulheres em Ação’ criado pela Secretaria Social de Irati/PR. O projeto é voltado para fortalecer vínculos familiares e comunitários em comunidades vulneráveis. Realiza oficinas e vivências familiares. A metodologia é flexível e adaptada às necessidades de cada localidade, com atividades planejadas pela Pedagoga responsável.

Por fim, a autora conclui que o projeto adota uma abordagem menos assistencialista, priorizando o empoderamento das famílias, com especial ênfase nas mulheres, e enfatiza o papel crucial desempenhado pelo pedagogo nessa capacitação.

4.3. CATEGORIA 3 - PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ÁREA DA PEDAGOGIA, EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS.

Nesta categoria, o primeiro artigo que damos destaque é o de **Maria da Glória Gohn**, “**Educação NÃO FORMAL, aprendizagens e saberes em processos participativos**”, (2014). A autora aborda a produção e transmissão de

conhecimento fora de ambientes educacionais formais, com foco na educação NÃO FORMAL. Utiliza um referencial da crítica feminina, estudos pós-coloniais, pedagogia freiriana e a investigação da ação participativa. O texto revisa conceitos e explora a base paradigmática da educação NÃO FORMAL, analisando como práticas associativas e políticas, como movimentos populares, ONGs e entidades civis, contribuem para uma educação NÃO FORMAL participativa e emancipatória.

O objetivo central do texto é entender como diferentes formas de participação são construídas a partir de uma perspectiva de pesquisa e como ocorre a geração de conhecimento sobre o assunto. A ênfase está na reflexão sobre o processo educacional da participação particularmente em ações coletivas organizadas em movimentos sociais, enquadradas no campo da educação NÃO FORMAL

É explorada uma configuração de pesquisa que se concentra em uma postura investigativa capaz de gerar aprendizado e conhecimento. O foco principal do texto é a construção do conceito de educação NÃO FORMAL e sua conexão com o trabalho educativo que ocorre fora da sala de aula.

A autora enfatiza a reflexão no processo pedagógico em ações coletivas organizadas, ações essas, produtoras de conhecimento, tendo o aprendizado como centralidade, com métodos que inovem a pedagogia tradicional.

Ressaltou que a visão de trabalho pedagógico está ancorada na ideia de educação ampliada e que ocorre em distintos contextos sociais, nesse entendimento as práticas pedagógicas precisam ser entendidas de maneira mais ampla, para que um programa de articulação entre a educação formal e NÃO FORMAL seja eficaz sob uma perspectiva emancipatória e abrangente, ele não pode ser limitado a ações pontuais ou experimentais em algumas escola. Ele deve ser orientado por diretrizes e buscar reconhecimento, indo além de mero complemento para suprir lacunas na educação formal.

Por fim, a autora ressalta que a educação NÃO FORMAL ainda não está bem enraizada nos processos escolares, precisando de um olhar mais atento por parte dos governantes e profissionais da educação.

Outro artigo selecionado, de **Quadra e D' avilla**, denominado **“Educação NÃO FORMAL: qual a sua importância?” (2016)** apresenta a importância de visitas guiadas a espaços não formais como prática pedagógica. A abordagem

ressalta a significativa contribuição das excursões planejadas e orientadas por educadores, a locais não convencionais, como museus, com o objetivo de enriquecer o currículo escolar.

O texto enfatiza a importância da educação NÃO FORMAL e especificamente ao Museu localizado no Instituto de Ciências Biológicas localizado na Universidade Federal de Juiz de Fora. O espaço possui um projeto intitulado "Visitas programadas ao Museu interativo". O artigo também traz um levantamento quantitativo no número de visitantes e instituições que costumam participar desse projeto.

O autor ressalta a importância de romper com paradigma tradicional da sala de aula, evidenciando que tais experiências instigam a curiosidade dos alunos, conferindo um caráter mais fluido ao processo de aprendizado. Além disso, elas proporcionam um ambiente favorável ao desenvolvimento multidisciplinar do conhecimento.

Por fim, o texto ressalta que há um longo caminho a ser percorrido no sentido de alinhar as ações desenvolvidas pelas escolas em aproximação didático pedagógica com espaços não formais especificamente o museu.

O terceiro artigo incluído nesta categoria é o de **José Leonardo Rolim de Lima Severo "Educação não escolar como campo de prática pedagógica" (2015)**, apresenta considerações do conceito de educação não escolar. Aborda um contexto histórico com base na literatura pedagógica. A partir desse conceito levanta-se uma discussão sobre as práticas educativas em novos ambientes, que não seja a escola. Ressalta que a comunidade acadêmica não tem se preocupado com esses novos cenários de aprendizado e que é preciso um olhar mais atento para o desenvolvimento da dinâmicas sociais contemporâneas.

Destaca a importância da pluralidade das práticas educativas em defesa da presença da educação não escolar em várias esferas da sociedade. Enfatiza que a sociedade tem inúmeras demandas para além da escola e que precisam ser levadas em consideração

O autor argumenta que as instituições sociais devem criar mecanismos para fortalecer as interações entre os indivíduos, inclui também uma reflexão do pedagogo na sociedade e como suas práticas são necessárias na educação não

escolar, oportunizando por meio dessas práticas uma democratização no que diz respeito ao acesso ao aprendizado e conhecimento.

Com base nas informações no texto, o autor destaca que a educação não escolar, não busca ignorar as capacidades e particularidades da escola, mas sim se esforça para desenvolver abordagens pedagógicas que inovem e tornem os processos de aprendizagem e de geração de conhecimento socialmente relevantes na sociedade contemporânea, indo além das fronteiras tradicionais da instituição escolar.

O quarto texto relacionado a práticas pedagógicas, é o **artigo de Amanda Cristina Marques e Martha Marandino “Alfabetização científica, criança e espaços de educação NÃO FORMAL: diálogos possíveis”, (2018)** as autoras discutem, do ponto de vista teórico, as interações entre alfabetização científica, a criança e a educação NÃO FORMAL. Elas abordam a questão conceitual de como esses três elementos relacionam-se.

Destaca que a alfabetização científica ocorre dentro e fora da escola, promovendo diálogo entre a cultura cotidiana e a científica, o domínio de conhecimentos científicos e a capacidade de análise crítica da realidade. Enfatiza a importância de envolver crianças em iniciativas de educação NÃO FORMAL para expandir a alfabetização científica, respeitando sua infância e ampliando suas culturas infantis. As autoras questionam quando e como incluir crianças nesse processo, além de explorar o papel da educação NÃO FORMAL na promoção da alfabetização científica, destacando como esses espaços podem contribuir e quais suas relações.

A abordagem metodológica é um estudo exploratório, a partir de pesquisa bibliográfica, com a busca de artigos em bases de dados como SCIELO e Portal de Periódicos Capes, além de consultar revistas Qualis A em educação e ensino. O artigo é estruturado em três seções: a primeira aborda os significados da alfabetização científica, a segunda explora as relações entre alfabetização científica, e a terceira introduz o conceito de educação NÃO FORMAL. O objetivo principal é responder à questão central relacionada à inclusão de crianças pequenas nas discussões sobre alfabetização científica com a educação NÃO FORMAL.

A alfabetização científica é apresentada como um processo que vai além da educação formal e que também ocorre fora da escola. Envolve promover o diálogo

entre a cultura das pessoas e a cultura científica, abordando temas como a natureza da ciência e as relações entre ciência, tecnologia e sociedade.

As autoras enfatizam a importância de incluir a criança no processo de alfabetização científica, respeitando seu direito à infância e não suprimindo suas culturas infantis. Além disso, destaca a necessidade de envolver a criança em atividades de educação NÃO FORMAL para ampliar suas oportunidades de alfabetização científica.

O texto argumenta que a alfabetização científica é um processo que deve ser inclusivo e que envolve não apenas a escola, mas também a educação NÃO FORMAL, para garantir que as crianças tenham acesso a conhecimentos científicos de forma enriquecedora, respeitando suas culturas e direitos.

Por fim, o artigo enfatiza a importância da alfabetização científica na educação NÃO FORMAL para crianças pequenas, integrando-a desde cedo e respeitando sua perspectiva única do mundo. Propõe a conexão entre alfabetização científica, participação da criança e democratização do conhecimento. Destaca a necessidade de tornar o acesso ao conhecimento científico mais inclusivo, promovendo a interação entre as culturas infantis e a científica, com ênfase em jogos e brincadeiras.

No quinto artigo classificado neste subitem, de **José Leonardo Rolim de Lima Severo** sob o título: **“Educação não escolar como campo de práticas pedagógicas”**, (2015), é abordado a educação não escolar como forma de aprendizado fora do ambiente tradicional, destacando a importância de reconhecer e fortalecer esses processos educativos. O texto enfatiza a pedagogia como uma ciência que orienta esses processos, reconhecendo dimensões formativas em diversas esferas da vida. Destaca a ideia de uma sociedade pedagógica com aprendizagem ao longo da vida e a configuração da educação não escolar como um cenário pedagógico, ressaltando a importância da pedagogia na criação de práticas eficazes e significativas para contextos não escolares.

O autor promove uma discussão que problematiza a falta de interesse da comunidade acadêmica na educação não escolar. Ele enfatiza a importância de realizar mais estudos aprofundados sobre a educação não escolar, afirmando que a educação não escolar está se tornando mais institucionalizada em diversos setores sociais e impactando significativamente a formação humana.

O texto aborda a ideia de “adjetivação não escolar” na educação, destacando que, à primeira vista, pode parecer que essa abordagem nega a importância da escola na educação. No entanto, o autor argumenta que a educação não escolar não é uma oposição à educação escolar, mas sim uma abordagem complementar, afirmando que a educação não escolar pode enriquecer a experiência educacional dos estudantes e colaborar com a educação escolar, beneficiando a ambas e melhorando o processo de maneira mais significativa.

O artigo apresenta a ideia de que a prática pedagógica não se limita apenas ao contexto escolar, mas também pode ser aplicada em outros ambientes educativos. O autor destaca que a educação não escolar, quando guiada pela intervenção de um pedagogo/a, tem o potencial de dar significado e orientação aos processos educativos que ocorrem nos espaços fora da escola. O pedagogo/a, com seu conhecimento e habilidades pedagógicas, pode desempenhar um papel importante na criação de experiências educacionais significativas e eficazes que transcende as salas de aula, para promover aprendizagem e o desenvolvimento em diversos contextos.

5. CONCLUSÃO

Esta pesquisa visa analisar a produção científica da educação NÃO FORMAL no âmbito da pedagogia, destacando as preocupações investigativas presentes nas produções acadêmico-científicas no período de 2013 a 2023. Foram identificados artigos nos anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018. Entretanto, nos últimos cinco anos, (2019 a 2023) não foram localizadas produções que se alinhassem à nossa temática de interesse.

Conforme os três critérios estabelecidos, **“Formação de professores/pedagogos em espaços não formais”**; **“Atuação do pedagogo em espaços não formais”** e **Práticas pedagógicas na área, em espaços não formais** faremos algumas considerações, para todos os critérios obtivemos artigos.

Na categoria que chamamos **“Formação de professores/pedagogos em espaços não formais”**, temos os artigos de Fuhrman; Santos (2014) e Severo (2018). Aqui, os textos estudados apresentam pontos em comum, como a necessidade de implementação de diretrizes mais eficazes e claras para a educação NÃO FORMAL. Os artigos destacam que a formação oferecida aos pedagogos está deficitária no que diz respeito à educação NÃO FORMAL. Aqui, não poderíamos deixar de destacar um ponto, que nos parece polêmico, levantado por Fuhrman e Santos, ao apresentarem o Programa de Apoio Socioeducativo de Porto Alegre para o aprimoramento de educadores, inclusive para aqueles que atuam na educação infantil, principalmente nas creches. Ainda que se considere a educação NÃO FORMAL como locus de atuação do/da pedagogo/a, e um espaço pouco ocupado por esses/as profissionais, não nos parece que a atuação na educação, sem a formação específica, seja defensável ou se encaixe em uma propostas para melhoria da formação, se assim for, corremos o risco de retroceder em direitos já conquistados às nossas crianças que frequentam as creches tendo à sua disposição, pessoas que não têm formação educacional, sendo concebidas, não como sujeito de direitos à uma educação pública de qualidade, mas sujeito que merece atendimento e atenção e cuidado apenas.

Programa de Apoio Socioeducativo de Porto Alegre, bem como em experiências empíricas da Associação dos Educadores Populares de Porto Alegre,

uma organização dedicada à formação de educadores populares/sociais que atuam em creches vinculadas à assistência social por meio de programas não formais de educação infantil.

Na categoria **“Atuação do pedagogo em espaços não formais”**, classificamos o artigo de Nunes (2015). Neste estudo, foi examinado a educação NÃO FORMAL na Secretaria Municipal de Assistência Social de Irati, Paraná, com ênfase nas mulheres. A autora enfatiza que os pedagogos devem ser vistos como educadores, não apenas como docentes, desempenhando um papel mais amplo na promoção da aprendizagem e no desenvolvimento das pessoas.

Na última categoria - **Práticas pedagógicas na área, em espaços não formais** - reunimos quatro artigos, Gohn (2014), Quadra e D'avilla (2016), Severo (2015) e Marques e Marandino (2018). Gohn (2014) destaca a importância da educação ampliada em diversos contextos sociais, reafirmando a importância de uma prática mais participativa e inovadora que se relacione com o contexto das pessoas que fazem parte desse movimento. D' Avilla (2016) traz a experiência prática de visita guiada no museu Instituto de Ciência Biológica da Universidade Federal de Juiz de Fora, a autora ressalta a importância de promover vivências fora do ambiente escolar. Por meio da análise das visitas guiadas ao museu, a autora enfatiza que esta prática desempenha um papel crucial na educação, enriquecendo o currículo escolar, quebrando a rotina da sala de aula, tornando o aprendizado mais dinâmico.

Marques e Marandino (2018) abordam a prática da alfabetização científica como um processo que transcende a educação NÃO FORMAL e que ocorre em contextos não escolares que tratam sobre a natureza, a ciência, a tecnologia e a sociedade.

Gohn (2014) destaca a importância da educação ampliada em contextos sociais, promovendo práticas participativas e inovadoras relacionadas às pessoas envolvidas nesses movimentos. D' Avilla (2016) enfatiza a relevância da prática pedagógica de visitas guiadas em museus como uma forma de enriquecer a educação fora da escola. Ambos os autores concordam sobre a importância de práticas educacionais em ambientes fora da escola.

O texto do Severo (2015) enfatiza a importância da pedagogia em diversas áreas da vida. Destaca a ideia de uma sociedade de aprendizado contínuo e a

relevância da pedagogia na criação de práticas eficazes em contextos não escolares.

Importante destacar que não identificamos pontos divergentes entre os autores estudados. A análise da produção científica sobre a educação NÃO FORMAL relacionada à pedagogia em nossas fontes de pesquisas, quais sejam, Google Acadêmico e SIBI-UFPR, apresenta uma lacuna deste campo investigativo. Esta constatação, por si só, denuncia a necessidade de um maior investimento em estudos e pesquisas que abordem a educação NÃO FORMAL.

Os trabalhos analisados trazem contribuições para o campo de conhecimento relacionado à educação NÃO FORMAL, estas contribuições englobam não apenas uma compreensão mais profunda dos contextos nos quais a educação NÃO FORMAL se insere, mas também a capacidade dos autores de estabelecer um referencial teórico, demonstrando um compartilhamento de ideias que enriquece o tema em estudo.

Embora a educação NÃO FORMAL tenha sido objeto de estudo nos artigos selecionados, não há um destaque deste tema no campo investigativo relacionado à Pedagogia, sugerindo que ainda carece de uma melhor atenção.

É importante reconhecer a relevância da educação NÃO FORMAL na formação educacional e na construção de cidadãos críticos e autônomos. A lacuna na pesquisa científica, como observada pelas fontes mencionadas, oferece uma oportunidade significativa para acadêmicos e pesquisadores explorarem e analisarem esse campo em maior profundidade.

A escassez de produção científica sobre a educação NÃO FORMAL na Pedagogia é um chamado à ação. Uma das hipóteses dessa falta de investigação pode ser a ausência de programas de pós-graduação que se dediquem a estudar o campo da educação NÃO FORMAL.

É hora de explorar mais profundamente esse campo e reconhecer sua importância no contexto educacional atual. A educação NÃO FORMAL tem o potencial de enriquecer as experiências de aprendizagem e contribuir para a formação de indivíduos capazes de enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Portanto, é essencial que a comunidade acadêmica e os pesquisadores se envolvam ativamente na investigação e promoção desse tema, visando uma educação mais inclusiva, abrangente e eficaz.

Ressaltamos por fim, que a contraposição entre educação formal e NÃO FORMAL não parece adequada quando se pensa na relação social que envolve o sujeito à ser considerado nesse processo.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil. 3 ed. rev e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

BARROS, V. C.; SANTOS, I. M. Além dos muros da escola: a educação NÃO FORMAL como espaço de atuação da prática do pedagogo. <https://docs.favenorte.edu.br/files/biblioteca/publicacoes-online/ALEM-DOS-MUROS-DA-ESCOLA-A-EDUCACAO-NAO-FORMAL-COMO-ESPACO-DE-ATUACAO-DA-PRATICA-DO-PEDAGOGO> Acesso em 25 de de junho de 2023.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. Disponível em : https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em 11 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: . <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=159261-rcp001-02&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 20 ago. 2023

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Institui a Base Nacional Comum para a Formação inicial de professores da Educação Básica (BNC- Formação). Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22019.pdf

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/1937-1946/del1190.htm>

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=159_261-rcp001-02&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192>.

_____. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>.

_____. Resolução CNE/CP nº 20, de 10 de dezembro de 2020. Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/90831-resolucoes-cp-2021f>>.

DELORENZI, Karen. Formação Discente: Educação formal, NÃO FORMAL e Informal. Revista Mais Educação: São Caetano do Sul, 2019.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FUHRMANN, N.; PAULO. F. DOS S.A. A formação de educadores na educação NÃO FORMAL pública. Educação & Sociedade, v.35, n. 127, p. 551-566. abr. 2014.

GARCIA, Valéria Aroeira. Um sobrevôo: o conceito de educação NÃO FORMAL. Educação NÃO FORMAL Contextos, percursos e sujeitos Margareth Brandini Park e Renata Siero Fernandes, organizadoras, Campinas, SP Unicamp, Editora Setembro, 2005.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação 2006, v. 14, n. 50 pp. 27-38-
<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYydfQ/?format=pdf&lang=pt>.

_____. Educação NÃO FORMAL: Direitos e aprendizagens dos cidadãos em tempos do coronavírus :
<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3259/1555> .

_____. Educação não-formal na pedagogia social. I Congresso Internacional de Pedagogia Social. Anais. mar. 2006. Disponível em:
http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092006000100034&lng=en&nrm=abn.

_____. Educação NÃO FORMAL e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Educação NÃO FORMAL, aprendizes e saberes em processos participativos. Investigar em educação, v 2, n. 1, 2014. Disponível em:
https://scholar.google.com.br/scholar?start=10&hl=pt-BR&as_sdt=0,5&scilib=1

KOHL-SANTOS, P., & MOROSINI, M. C. (2021). O REVISITAR DA METODOLOGIA DO ESTADO DO CONHECIMENTO PARA ALÉM DE UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA. *Revista Panorâmica Online*, 33.. Disponível em:
<https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1318f>

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e Pedagogos: para quê?. São Paulo: Cortez, 2004.

LUNA, S. V. de. Planejamento de pesquisa: uma introdução / Sergio Vasconcelos de Luna. São Paulo: EDUC, 1996. 108 p.; 18 cm. (Série Trilhas). Disponível em <http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/MetodologiadaPesquisa/luna%20sv%20planejamento%20de%20pesquisa.pdf>.

MARQUES, Amanda Cristina Teagno Lopes; MARANDINO, Martha. Alfabetização científica, criança e espaços de educação NÃO FORMAL: diálogos possíveis. Educação e Pesquisa, v. 44, 2017

MEDEIROS, E. A. de; FORTUNATO, I.; SANTOS, J. M. C. T.; ARAÚJO, O. H. A. O CURSO DE PEDAGOGIA E A RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2 DE 2019: formação de pedagogos e pedagogas para quê? Para quem?. Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar , [S. l.], v. 8, n. 27, 2022. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/4309>.

NUNES, Jussara Aparecida. O papel do pedagogo em espaços não formais: um estudo sobre o grupo de mulheres da Secretaria da Assistência Social de Irati/PR. Universidade Federal do Paraná. Setor Litoral. Curso de Especialização em Direitos Humanos.

PEDAGOGIA. Matriz Curricular/2019 – Disciplinas obrigatórias. Universidade Federal do Paraná. 2019. Disponível em: <https://educacao.ufpr.br/pedagogia/wpcontent/uploads/sites/14/2021/12/ppp-2019-Matriz-Curricular-obrigat%C3%B3riascom-ementas-2019.pdf>

PIMENTA, Selma Garrido. Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas. Textos de : Libâneo, Silva, Franco, Pimenta e Pinto. Texto LIBÂNEO, José carlos: Ainda as perguntas: o que é pedagogia, quem é o pedagogo, o que deve ser o curso de Pedagogia. São Paulo: Cortez, 2002.

QUADRA, Gabrielle Rabello; D'ÁVILA, Sthefane. Educação Não-formal: qual a sua importância? Revista Brasileira de Zootecias, v.17, n. 2, 2016.

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia no Brasil: história e teoria. Campinas: Autores Associados, 2008 . SETOR de educação: fragmentos de memória. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <<https://educacao.ufpr.br/historico/>>.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima . Pedagogia e educação não escolar no Brasil: crítica epistemológica, formativa e profissional. João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8217/2/arquivo%20total.pdf>

_____. Educação não escolar como campo de práticas pedagógicas. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 96, p. 561-576, 2015.

_____. Perspectivas curriculares sobre a formação do pedagogo para educação não escolar. Educação em Revista, v.34, 2018.

SILVA, E. L. da. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação/Edna Lúcia da Silva, Estera Muszkat Menezes. – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. Disponível em: <https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/ppgcb/files/2011/03/Metodologia-da-Pesquisa-3a-edicao.pdf>

SOKOLOWSKI, Maria Teresa. História do curso de pedagogia no Brasil. Comunicações. v. 20, n. 1, p. 81-97. Piracicaba, jan./jun. 2013. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/viewFile/1110/1192>>.

TRILHA, Jaune; GHANEM, Elie; ARANTES, Valéria . Educação formal e NÃO FORMAL . São Paulo: Summus, 2008. Coleção pontos e contrapontos.

VIEIRA, C. E., & GONÇALVES, N. G. (2016). Formação de Professores no Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná (1938-2010). Educação & Realidade, 41. R